

Nota

Ainda não publicaremos nesta semana o artigo do escritor e ex-presidente da República José Sarney, decano da Academia Brasileira de Letras. Ele continua,

temporariamente, afastado de sua rotina para assegurar a plena e adequada recuperação de sua saúde, após o procedimento cirúrgico a que foi submetido. O presidente já recebeu

alta hospitalar e encontra-se em sua residência, onde segue recebendo os cuidados necessários ao seu restabelecimento. Em breve, estará de volta às suas atividades habituais.

Big techs e eleições no Brasil



» ROSELI FÍGARO
Professora titular na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

» TÂNIA CALIARI
Doutoranda na Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas da USP

As eleições brasileiras de 2026 acontecem num contexto geopolítico de agressivo reposicionamento dos Estados Unidos no cenário mundial, que tem implicado no seu avanço sobre os países da América Latina. O Brasil é a peça que falta — juntamente com México e Uruguai — para o alinhamento do subcontinente junto às políticas do Departamento de Estado dos EUA.

A reeleição do presidente Lula no próximo domingo pode significar um elemento de resistência a esse avanço e um freio nas pretensões imediatas dos EUA sobre as reservas de terras raras, os minerais que fazem sua indústria tecnológica e armamentista dependentes da China, o maior produtor mundial desses minerais críticos.

A pretensão de interferência na soberania nacional foi listada sem cerimônia nos 21 itens apresentados em setembro pelos EUA como condições para a negociação das tarifas de 50% sobre exportações de produtos brasileiros. Entre os itens, está a proteção dos interesses das

big techs, que têm enfrentado iniciativas regulatórias no Brasil, como o Marco Civil da Internet e sua atualização que mudou recentemente o regime de responsabilização das plataformas sobre conteúdos postados, o Projeto de Lei de Mercados Digitais (PL 4675/2025), e o ECA Digital. A nona exigência da lista dos EUA versa sobre decisões, multas e penalidades relacionadas a conteúdos publicados em redes sociais, impondo regras para o Brasil.

Estando na base de sustentação do governo Trump, as big techs têm interferido no processo eleitoral em diferentes níveis, com destaque para o favorecimento e impulsionamento do tráfego de conteúdos de políticos da extrema-direita em detrimento do alcance do material da campanha do presidente Lula.

Antes do primeiro turno das eleições, um teste realizado pelo Sleeping Giants Brasil mostrou que as IAs generativas ChatGPT, Gemini e Grok descumpriam resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e memorandos de cooperação assinados pelas empresas que proíbem a produção e circulação de conteúdos enganosos e de deepfakes. Ao longo da campanha, foram crescentes as denúncias contra as redes sociais, relatando conteúdos removidos sem justificativas, contas bloqueadas, restrições de alcance, publicação e de impulsionamento de conteúdos relativos à campanha de Lula ou críticos ao candidato Flávio Bolsonaro, do PL.

Na reta final do período eleitoral, o ataque mais pesado veio da Meta. A organização não governamental CTRL+Z, que atua em defesa de direitos digitais, coletou até agora mais de 1,1 mil relatos de bloqueios, posts removidos, restrições de funcionalidades e queda de alcance

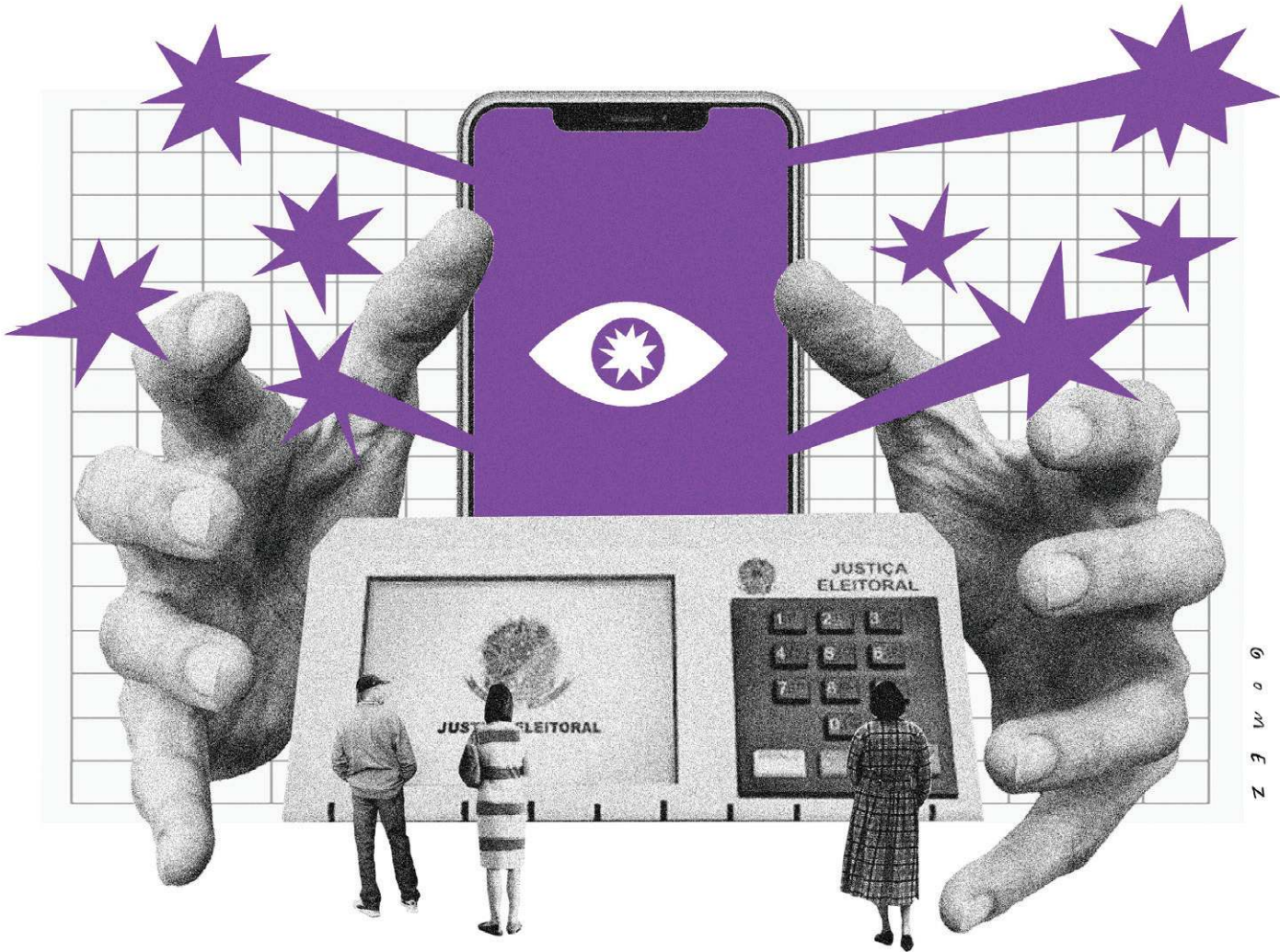
que afetaram pelo menos 155 páginas ligadas a movimentos sociais e estudantis que apoiam Lula. Segundo a organização, a Meta baniu, restringiu ou suprimiu ainda, de forma unilateral e antes de qualquer decisão judicial, 17 perfis cuja remoção havia sido solicitada pela campanha de Flávio Bolsonaro.

Outra restrição verificada por inúmeros testes feitos por usuários foi para a geração de cards e outras peças gráficas favoráveis a Lula pela IA da Meta, enquanto esta atendia rapidamente aos prompts destinados às peças de Flávio Bolsonaro. Diante das evidências, a CTRL+Z lançou a campanha “Meta, tire a mão de nossa eleição”, com petição para pressionar o TSE para que obrigue a empresa a prestar esclarecimentos.

A interferência dessas empresas comprova que elas não são meras mediadoras do debate público e o quanto somos dependentes dessas estruturas para encaminhar processos importantes, seja na vida privada, seja na vida pública.

Como e quando a sociedade vai se dar conta da concentração de poder e dinheiro que está nas mãos dessas empresas de plataformas, na medida em que elas capturam todos os dados gerados de nossas interações na internet? Os dados das pessoas são valiosos e movem a economia e a política.

Repetimos os comentários dos militantes nas postagens nas redes diante das intervenções das big techs no processo eleitoral: por que o Brasil não tem uma rede social própria? A pergunta de fundo é: quando haverá investimentos e direcionamento necessários à pesquisa e à construção de infraestrutura digital brasileira e soberana?



Sem indústria, não há bioeconomia



» FÁBIO BRASILIANO
Diretor de Desenvolvimento Sustentável da ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos)

O Brasil tem uma das maiores biodiversidades do planeta, uma riqueza natural extraordinária que representa também uma vantagem comparativa para o desenvolvimento econômico. Transformar esse patrimônio biológico em inovação, produtos de maior valor agregado, empregos qualificados e novas oportunidades de negócios, depende de um agente fundamental e insubstituível: a indústria.

Essa reflexão ganha ainda mais relevância e urgência com a realização da 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), em andamento, na Armênia. O encontro internacional tem como prioridades centrais a implementação efetiva do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, o financiamento da conservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do aproveitamento da biodiversidade. O Brasil chega a esse debate reunindo atributos singulares: megadiversidade biológica, forte capacidade científica, indústria inovadora e uma sólida experiência regulatória na utilização sustentável do patrimônio genético.

O setor brasileiro de beleza e cuidados pessoais exemplifica esse potencial. Responsável por 2% do PIB nacional, a indústria investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento, transformando ingredientes naturais e conhecimentos em produtos de alta tecnologia presentes no cotidiano de milhões de pessoas. Em 2025, o setor alcançou um recorde histórico de US\$ 1,061 bilhão em exportações, o que representa um crescimento de 20,1% em relação ao ano anterior, comercializando produtos de alta qualidade para 189 países.

Uma das maiores oportunidades para o país reside justamente na biodiversidade. O desenvolvimento de ingredientes inovadores a partir de espécies nativas brasileiras tem o poder de ampliar a participação do Brasil nas cadeias globais, tanto pela exportação de produtos acabados de alto valor agregado quanto pelo fornecimento de ingredientes e soluções biotecnológicas para indústrias de diversos continentes. Trata-se de uma oportunidade de agregar valor ao patrimônio natural brasileiro, exportando conhecimento, ciência e tecnologia, em vez de limitar a nossa inserção internacional ao mero fornecimento de matérias-primas brutas.

A bioeconomia, afinal, não consiste simplesmente na extração de recursos naturais. O verdadeiro potencial está fundamentado na pesquisa científica, no desenvolvimento tecnológico e na capacidade de transformar as propriedades de nossa biodiversidade em soluções que atendam às necessidades da sociedade. No setor de beleza e cuidados pessoais, essa inovação permanente conecta-se ao conceito de cuidado integral defendido pela ABIHPEC.

A biodiversidade, quando associada à ciência e à tecnologia, amplia as possibilidades de oferecer ao mercado produtos cada vez mais eficazes, seguros e sustentáveis, fortalecendo cadeias produtivas locais, gerando renda para comunidades e criando incentivos econômicos e concretos para a conservação ambiental. Nesse contexto global, o Brasil dispõe de um diferencial da maior relevância. A Lei nº 13.123/2015 colocou o país na vanguarda internacional ao estabelecer um modelo equilibrado que concilia a utilização econômica sustentável da biodiversidade com a repartição de benefícios e a geração de recursos para a sua própria conservação.

Os três pilares da Convenção sobre Diversidade Biológica — conservação, uso sustentável e repartição justa de benefícios — encontram na atividade industrial uma força de implementação indispensável. Sem pesquisa científica, não há novos conhecimentos. Sem inovação, não surgem novos produtos. E, sem uma atividade econômica baseada na biodiversidade, não se concretizam as oportunidades reais de repartição dos benefícios decorrentes dessa riqueza.

O Brasil reúne todas as condições necessárias para liderar a bioeconomia global baseada em ciência, inovação e alta agregação de valor. Para que isso se concretize, precisamos consolidar ambientes regulatórios e criar instrumentos eficientes de incentivo ao investimento privado. Conservar a biodiversidade e gerar desenvolvimento econômico sustentável são objetivos perfeitamente complementares, e a indústria brasileira está pronta para fazer ambos avançarem juntos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Além da hipnose ideológica

Não é de hoje que se sabe que as ideologias políticas estão ligadas diretamente ao nosso inconsciente coletivo. Há, de fato, elementos muito além da lógica e da razão que orientam nossas escolhas políticas. Traumas individuais e coletivos, a fome, a guerra, a ditadura, a humilhação, a perda não desaparecem com o tempo: transformam-se em medos, lealdades e ressentimentos que atravessam gerações e aparecem, na urna ou na mesa de jantar, travestidos de argumentos. A pergunta que se impõe é incômoda: estamos agindo de forma consciente ou apenas repetindo padrões herdados do passado? E, mais adiante: podemos nos libertar dessa influência inconsciente ou estamos presos numa espécie de matrix de padrões preestabelecidos?

Insensível

As ideologias têm o poder de moldar pensamentos e comportamentos, e muitas vezes o fazem de modo sutil. Elas alimentam crenças e valores e esculpem em nós uma identidade política, como se fosse uma programação para agir de uma forma ou de outra. Freud já havia notado, em *Psicologia das massas e análise do eu*, que o indivíduo, ao se fundir a um grupo, entrega ao líder e à bandeira o lugar de seu ideal de eu, e passa a sentir, pensar e odiar em coro. Em *O mal-estar na civilização*, descreveu o “narcisismo das pequenas diferenças”: quanto mais próximos somos de alguém, mais necessitamos de um inimigo que confirme quem somos. A polarização contemporânea é, em boa medida, a encenação pública desse mecanismo.

Feito idiotas

Jung acrescentou a essa leitura a noção de sombra. Aquilo que não suportamos reconhecer em nós como a agressividade, a inveja, a covardia, o desejo de poder, não deixam de existir; tudo é projetado no outro. O adversário político passa a carregar o que há de pior em nós mesmos, e combatê-lo torna-se uma forma de nunca olhar para dentro. Os complexos, por sua vez, funcionam como pequenas personalidades autônomas: quando um debate nos faz ferver, raramente é a discussão presente que fala, e sim uma ferida antiga que foi tocada. Em *O eu e o inconsciente* e em *Presente e futuro*, Jung alertava ainda para o perigo da “mentalidade de massa”, na qual o indivíduo se dissolve em slogans e abdica da própria responsabilidade moral. Para ele, o maior risco das sociedades modernas não era uma ideologia específica, mas a perda da capacidade de cada pessoa de se perceber como indivíduo.

Tornar-se em si mesmo

É aqui que o processo de individuação se torna politicamente relevante. Individuar-se não é isolar-se nem tornar-se apolítico; é tornar-se consciente dos próprios conteúdos inconscientes e integrá-los, de modo que deixem de nos governar às cegas. Jung acreditava que a religião, entendida como a função psíquica que nos liga ao sentido e ao que nos transcende, era parte essencial desse processo. Quando essa dimensão simbólica é negada, ela não desaparece: migra para a política, e partidos, líderes e causas passam a ocupar o lugar do sagrado. Daí o caráter fanático de tantas disputas atuais. De certa forma, é a individuação que permite ao ser humano se libertar das amarras e da hipnose proporcionada pelas ideologias políticas, ao devolver aos símbolos o seu lugar interior e retirar das figuras públicas um peso que elas nunca poderiam carregar.

Subversivo

A psicanálise oferece o método para essa travessia. Aprendemos a suspeitar da própria certeza, a perguntar de onde vem a intensidade de uma reação e a que história ela pertence. Esse gesto, aparentemente pequeno, é profundamente subversivo: quem consegue dizer “sinto raiva, e preciso entender o que ela quer me dizer” já não é inteiramente capturado pela raiva. A atenção flutuante do analista, a associação livre do paciente, a interpretação dos sonhos e a elaboração do luto são formas de transformar repetição em memória e, assim, abrir espaço para escolha. Freud resumiu o princípio de maneira célebre: onde estava o id, deve advir o eu. Trazido ao campo político, isso significa que onde havia reflexo condicionado pode haver decisão.

Construções

É possível ao indivíduo se libertar das polarizações e das lutas políticas, entendendo-se por libertação não a renúncia ao debate, mas o fim da servidão inconsciente a ele. A psicologia analítica e a psicanálise não prometem uma sociedade sem conflitos; propõem algo mais realista e mais exigente: pessoas capazes de olhar para dentro antes de apontar para fora. Num tempo em que tudo nos convida a escolher um lado e odiar o outro, talvez o gesto mais radical seja parar, olhar para dentro e perguntar, com honestidade, quem em nós está falando. A resposta a essa pergunta não encerra a política; apenas a devolve às mãos de pessoas mais livres, mais lúcidas e menos dispostas a serem conduzidas pelo medo. Talvez seja essa a contribuição mais duradoura que a psicologia profunda pode oferecer à vida pública: lembrar que a paz social começa, silenciosamente, na paz que cada um constrói com as próprias sombras.

A frase que foi pronunciada:

“A política desperta afetos inconscientes, trazendo à tona medos arcaicos, ódio, inveja, fantasias e esperança.”

José Luiz de Sousa Neto

História de Brasília

A pena de tudo isto é, ainda, porque Claudionor Machado é ex-pracinha, tem medalha de campanha, e o presidente do IAPB não hesitou em joga-lo na rua. É uma injustiça que o Ministro da Guerra bem poderia corrigir em despacho com o presidente da República. Há decreto amparando os ex-combatentes. (Publicada em 26.05.1962)